



Gênero como temporalidade social: Butler (e Marx)*

CINZIA ARRUZZA**

No final dos anos 1990, Nancy Fraser e Judith Butler se envolveram em um interessante debate sobre o caráter “meramente cultural” da performatividade de gênero e da opressão sexual.¹ Ainda que ambas tenham concordado que essa opressão é enraizada em condições materiais e tem efeitos materiais, elas discordaram sobre o que alguém deveria querer dizer com “material” e sobre a relação que o modo de produção capitalista tem com a performatividade de gênero e a opressão sexual. Em seu artigo *Merely Cultural*, ao responder a algumas objeções levantadas por Fraser sobre *Gender Trouble*, Butler destacou o papel da heterossexualidade normativa no modo de produção capitalista (Butler, 1998; Butler, 2008; Fraser, 1997). Ao fazer referência à análise marxista que coloca a centralidade na família para a reprodução da força de trabalho, Butler tentou demonstrar que a heterossexualidade normativa, acompanhada pelo consequente não reconhecimento da homossexualidade e outros objetos de escolhas de desejos sexuais, é uma ferramenta formidável para perpetuar a reprodução da família mononuclear e heterosexual. Em outras palavras, longe de ser um fato meramente cultural, a

* Artigo originalmente publicado em *Historical Materialism*, 23.1 (2015), p.28-52. Agradecemos à autora e a Sebastian Budgen, editor da Revista, pela autorização da publicação neste dossiê. Tradução de Bárbara Castro.

** Professora de Filosofia em The New School for Social Research (Estados Unidos).

1 Este debate foi recentemente traduzido pela revista *Ideias*, do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, no contexto dos dossiês “Diálogos na Teoria Crítica” (parte 1, v.7, n.2, jul.-dez. 2016 e parte 2, v.8, n.1, jan.-jun.2017).

heterossexualidade normativa tem um papel crucial no modo de produção em si mesmo e para os processos de reprodução social como um todo.

Em sua resposta a este artigo, Fraser reconheceu os esforços de Butler neste ensaio de identificar e recuperar os aspectos genuinamente valiosos do feminismo marxista e socialista dos anos 1970, que as modas intelectuais e políticas atuais conspiraram em reprimir (Fraser 1998, p.140). Mas Fraser criticou Butler por mostrar uma certa tendência em confundir o que é “material” com o que é “econômico”. De acordo com a diferenciação de Fraser, o primeiro envolve um conjunto de formas de discriminação sexual e de gênero implementadas e reproduzidas por práticas sociais e instituições, tais quais os sistemas de educação e de saúde, enquanto o “econômico” se refere às relações de produção. A opressão sexual, nos dois casos, tem um aspecto propriamente material; ela tem consequência na vida das pessoas e é sustentada por instituições sociais que não podem ser vistas apenas como mero ato de discurso ou linguagem ou como mero reconhecimento simbólico. Mas o que não estava claro no discurso de Butler é se a heterossexualidade normativa deveria ser considerada também como um componente constitutivo das relações de produção. Por exemplo, ela desempenha ou não um papel estrutural na divisão do trabalho?

Os argumentos de Butler em *Mereley Cultural* tinham o objetivo de desafiar a hierarquia das opressões “primária” e “secundária”, ou entre exploração e opressão. Para construir esse argumento, ela se aproximou de um “marxismo ortodoxo” não especificado. Butler criticou o pressuposto do “marxismo ortodoxo” de que as esferas cultural e econômica podem estar separadas de maneira estável. Adicionalmente, Butler também abriu uma frutífera possibilidade de pensar a construção de gênero em sua relação com o modo de produção capitalista de um ponto de vista que questiona a abordagem analítica reducionista e unidirecional expressa pela infame fórmula “base-superestrutura”. Essa possibilidade, no entanto, permaneceu subdesenvolvida e pouco teorizada no seu trabalho sobre gênero.

No centro do debate entre Butler e Fraser estava, para usar as palavras de Rosemary Hennessy, a questão da relação entre “os discursos pelos quais fazemos o mundo inteligível e as estruturas de acumulação e trabalho” (Hennessy, 2000). Fazendo referência à noção althusseriana de “sobredeterminação”, Hennessy enfatiza que o modelo tradicional base-superestrutura falha em reconhecer a autonomia relativa da cultura e que a relação de determinação não é unidirecional, pois construções culturais-ideológicas também afetam e agem sobre as relações de produção e seus desenvolvimentos (Althusser, 2005). Por exemplo, embora seja certamente verdade que o desenvolvimento do capitalismo é uma força de dissolução em relação a sistemas preexistentes de relações sociais, também é verdade que essa tendência é altamente contraditória e que um certo modo de relações patriarcas e familiares, em determinadas regiões do mundo ou em certas esferas da produção de mercadorias, podem não apenas sobreviver, mas moldar a divisão do trabalho e as relações de exploração. Em outras palavras, o modelo base-superestrutura – que na verdade não pertence a Marx, que usa a metáfora base-superestrutura muito raramente e em termos bastante alusivos – falha em ver que a exploração capi-

talista nunca se realiza de maneira pura ou em um espaço vazio. De fato, precisa necessariamente lidar com construções econômicas, sociais e cultural-ideológicas historicamente preexistentes, algumas das quais sobrevivem e são remodeladas por que, ao mesmo tempo, contribuem para modelar relações de exploração, dando luz a várias e variadas formações sociais. Mas eu argumentaria que mesmo a noção de “sobredeterminação”, ao manter um modelo de separação espacial entre esferas que agem uma sobre a outra (isto é, a estrutura econômica e a estrutura ideológica ou cultural), não faz justiça completa à maneira complexa e rica com que Marx analisa as relações sociais.²

Hennessy lamentou que a tendência prevalente na teoria *queer* para lidar com a necessidade de superar o modelo base-superestrutura tenha sido substituir a relação da determinação unidirecional com um jogo incessante de diferentes tipos de relações sociais – em outras palavras, com a ideia de que tudo determina tudo, tanto que ao final a própria ideia de determinação perde o significado (Hennessy, 2000, p.88-90). Ainda que a situação tenha mudado significativamente nos últimos quinze anos, com a publicação de textos que dão novamente atenção à relação entre opressão sexual, identidade sexual e a atual dinâmica capitalista,³ a observação de Hennessy aplica-se perfeitamente aos primeiros trabalhos de Butler sobre gênero. Em *Bodies that Matter*, por exemplo, Butler chega a defender uma forma de regressão infinita em sua descrição da característica citacional da performatividade de gênero:

E ainda que haja uma lei já existente que ele [o juiz] cita, de onde essa lei retira sua autoridade? Há uma autoridade original, uma fonte primária, ou é antes, *na* própria prática da citação, potencialmente infinita em regressão, que o fundamento da autoridade é constituído como um *adiamento* perpétuo? Em outras palavras, é precisamente por meio do adiamento infinito da autoridade a um passado irrevogável que a autoridade é, ela mesma, constituída. Essa referência é o ato repetido pelo qual a legitimação ocorre. O apontar para um fundamento que nunca é recuperado se torna o fundamento infundado da autoridade. (Butler, 2011, p.70-1)

A insistência na pluralidade de práticas sociais que reforçam as normas que formam e regulam identidades, combinada a uma recusa de noções de determinação, pode oferecer uma fenomenologia e uma genealogia crítica, mas é constitutivamente incapaz de oferecer o tipo de explicação causal que poderia

² Para uma crítica do modelo espacial da separação das esferas na noção de sobredeterminação de Althusser, ver Wood (1995, p.49-75). Para uma crítica da abordagem estruturalista à relação entre gênero, opressão e capitalismo, ver Ferguson (1999); Ferguson (2008). Para a defesa de um marxismo feminista estruturalista, ver Gimenez (1997).

³ Ver, por exemplo, Cruz-Malavé e Manalansan (eds.) (2002); Duggan (2002); Eng, Halberstam e Muñoz (eds.) (2005); Drucker (2011). O tratamento teórico mais articulado sobre esse tópico é de Floyd (2009).

servir para desenvolver uma fenomenologia mais robusta para tais identidades. Ademais, a tentativa de mostrar que relações de classe não têm qualquer tipo de prioridade sobre outras relações sociais pode levar não apenas a negligenciar seu papel necessário e inevitável na própria existência do capitalismo, mas também a apagar a própria categoria de exploração da análise como um todo.

É à luz dessa problemática geral, isto é, da criação de um quadro não reducionista para analisar as relações entre capitalismo, gênero e sexualidade, que explica o papel determinante das relações capitalistas de produção, que eu gostaria de desenvolver uma série de sugestões sobre a performatividade e a temporalidade nos primeiros trabalhos de Butler sobre gênero. Este artigo é articulado em quatro etapas. Primeiramente, examino o papel e a natureza da temporalidade na teoria de performatividade de gênero de Butler. Em segundo lugar, mostro algumas similaridades e conexões entre o papel desempenhado pela temporalidade na teoria de performatividade de gênero da Butler e o seu papel na análise do capital de Marx. Em ambos os casos, não há apenas uma estratégia de desnaturalização de fenômenos sociais como gênero e capital, mas também a ideia de que práticas transformadoras podem ocorrer por causa e de dentro das fendas e inconsistências desses fenômenos sociais em sua própria repetição performativa. Em terceiro, levanto algumas críticas com relação à compreensão de Butler sobre temporalidade e historicidade, dando ênfase, em particular, à ausência de uma historicização de suas próprias categorias em *Gender Trouble* e *Bodies that Matter*. Esse déficit, eu argumento, é consequência da estrutura linguística dentro da qual ela está operando, isto é, de sua compreensão das práticas e relações sociais através da lente de conceitos linguísticos extrapolados de seu contexto teórico. Finalmente, faço referência às análises de Floyd e Hennessy sobre a formação de identidades sexuais como exemplos da frutífera historicização de performatividade de gênero: tanto Floyd quanto Hennessy relacionam de forma persuasiva a reificação de identidades sexuais à difusão do consumo de massa de mercadorias, ajudando assim a lançar alguma luz sobre o que chamo de “caráter abstrato” da temporalidade da performatividade de gênero.

Após ter resumido o que farei neste artigo, é provavelmente aconselhável anunciar o que eu *não* farei. O objetivo deste artigo é abordar alguns problemas teóricos específicos relativos a tempo e temporalidade nos primeiros trabalhos de Butler sobre gênero, mais particularmente em *Gender Trouble*: uma revisão e discussão articulada sobre elaborações mais recentes da teoria *queer* sobre o tempo está, portanto, fora do escopo deste artigo. O recorte restrito deste artigo também explica a ausência do tratamento de uma relação específica entre *queerness* e raça ou dos trabalhos recentes sobre raça e performatividade.⁴

⁴ A formulação original de performatividade de gênero em *Gender Trouble* não incluiu nenhuma discussão sobre raça. Em *Bodies that Matter* e nos trabalhos seguintes de Butler, questões de raça e racialização têm sido crescentemente incorporados. Ver, por exemplo, Butler (1997a).

Temporalidade no trabalho de Butler

A relevância da questão da temporalidade na análise da performatividade é substanciada por um número de escritos que, na esteira do trabalho inovador de Butler, deram ênfase a esse aspecto. O engajamento de teóricos *queer* com noções de tempo e temporalidade tem abrangido desde a elaboração de uma concepção de “tempo *queer*”,⁵ análises sobre como processos temporais e regulação do tempo contribuíram para a sedimentação e normalização de identidades raciais e sexuais de modo a articular *queerness* e racialização,⁶ até a relação entre passado histórico sedimentado e futuridade, isto é, agência, novas aberturas, possibilidades e transformações.⁷

Essa insistência na temporalidade, que Butler compartilha com outros teóricos *queer*, é muitas vezes uma estratégia teórica que tem o objetivo de resistir às tentativas de naturalizar e desistoricizar relações de gênero e identidades. Ao destacar o caráter temporal das práticas que sedimentam identidades de gênero, de fato, teóricos *queer* desessencializam gênero e abrem um caminho para a transformação, a posteridade e a agência. Em sua introdução ao volume *Queer Times, Queer Becoming*, por exemplo, McCallum e Tuhkanen escreveram:

Enfrentar este problema do tempo e da vida ainda que indiretamente, ao problematizar a linguagem, as categorias, as definições e os enquadramentos, é seguir uma linha de pensamento crítica, antiesencialista – um arcabouço filosófico através do qual a teoria *queer*, impulsionada não apenas por Foucault, mas pelas críticas desconstrucionistas da identidade e pelas contestações feministas das definições restritivas das diferenças sexuais, emergiu de uma crítica da metafísica ocidental e de sua ontologia estável. (McCallum; Tuhkanen, 2011, p.2)

⁵ Ver, por exemplo, Halberstam (2005). No trabalho de Halberstam, a temporalidade *queer* é compreendida como um “modo de vida” específico, uma alternativa incorporada [*embodied alternative*] à temporalidade convencional da vida das pessoas. Contrariamente a essa temporalidade convencional, determinada e ritmada pelo ciclo de marcadores altamente regulados da experiência, como nascimento, casamento, reprodução e herança, e pelo desejo de longos períodos de estabilidade, o tempo *queer* “é um termo para aqueles modelos específicos de temporalidade que emergem no pós-modernismo quando se deixam os quadros temporais da reprodução e da família burguesas, a longevidade, o risco / segurança e a herança” (Halberstam, 2005, p.6).

⁶ Ver, por exemplo, Freeman (2007). Como Elizabeth Freeman escreve na Introdução de uma edição de *GLQ* dedicada ao tema “temporalidades *queer*”, temporalidade é um modo de implantação por meio do qual forças institucionais aparecem como fatos somáticos: por meio da manipulação do tempo e, portanto, da experiência temporal, “essências” não são apelas qualificadas, mas efetivamente produzidas. É, então, a manipulação do tempo que torna possível a política do corpo. Freeman aprofunda sua crítica da ideia de uma objetividade e naturalidade da temporalidade de nossas vidas através da articulação de uma noção de “crononormatividade” [*chrononormativity*] em Freeman (2010).

⁷ Veja, por exemplo, Freccero (2006), Love (2007) e Muñoz (2009). Que a teoria *queer* deva se preocupar com a posteridade tornou-se, agora, uma questão controversa. No debate sobre a virada “antisocial”, por exemplo, Lee Edelman sugeriu que os teóricos *queer* deveriam rejeitar qualquer posteridade e rejeitar, portanto, qualquer política normativa, e endossar plenamente essa negatividade à qual as pessoas *queer* já foram vinculadas (Edelman, 2004).

Como é bem conhecido, em *Gender Trouble* Butler opõe uma visão essencialista sobre gênero e o corpo sexuado argumentando que a aparência de *status ontológico* de gênero não é nada mais do que o resultado de uma série de práticas regulatórias que, por meio de sua sedimentação, escondeu sua gênese. Gênero é, portanto, socialmente construído, e sua construção torna o corpo socialmente visível, posto que é apenas por meio da mediação de uma série de práticas sociais que o corpo se torna gendrado: o corpo “não é um ‘ser’, mas uma fronteira variável, uma superfície cuja permeabilidade é politicamente regulada, uma prática significante dentro de um campo cultural de hierarquia de gênero e heterossexualidade compulsória” (Butler, 2008, p.189). A alegação de Butler, contudo, não é apenas que o gênero é o resultado social de um conjunto de práticas regulatórias, mas, além disso, que o gênero deve ser identificado com essas mesmas práticas em seu ser ou ao terem sido performadas:

Porque não há tanto uma “essência” que gênero expressa ou externaliza, nem um objetivo ideal ao qual gênero aspira, e porque gênero não é um fato, é que vários atos de gênero criam a ideia de gênero, e sem esses atos, não haveria gênero. (Butler 2008, p.190)

Gênero é, assim, tanto a sedimentação de uma série de normas, que se apresentam a si mesmas em uma forma reificada como estilos corporais, como a “configuração natural dos corpos”, e as práticas que encenam esses estilos e, portanto, produzem sujeitos generificados. O tempo é, em ambos os casos, um fator crucial. No primeiro caso, a sedimentação das normas e os estilos corporais são produzidos ao longo do tempo. No segundo caso, encenar esses estilos significa repetir ao longo do tempo os atos que performam gênero e criam o sujeito generificado. Como escreve Butler:

[...] o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituída em um espaço exterior por meio de uma *repetição estilizada de atos* [...]. Essa formulação move a concepção de gênero da base de um modelo substancial de identidade para outro que requer uma concepção de gênero como uma *temporalidade social* constituída. (Butler, 2008, p.191)

Gênero é definido como uma temporalidade social *constituída*: se estilos corpóreos são a forma reificada tomada pela sedimentação de normas, eles poderiam ser entendidos como tempo objetivado, como tempo passado que assombra o presente sob a forma de reificação. É o fato de que essas normas são dadas em uma forma reificada que lhes garante a aparência de sua “naturalidade”. Nessa aparência de “naturalidade”, além disso, podemos reconhecer a típica inversão de causa e efeito característica da reificação como tal. De fato, a noção de reificação desempenha, implicitamente, um papel central na explicação de gênero de Butler.

Em *Gender Trouble*, por exemplo, ela salienta os traços de uma noção marxista de reificação nas teorias de Wittig e Foucault, particularmente, em sua insistência na confusão de “causa” com “resultado” que leva, como consequência, a tomar “sexo” como um dado imediato. Já que Butler compartilha essa abordagem com Wittig e Foucault, ao reconhecer a origem marxista da crítica da reificação em suas teorias, ela está implicitamente reconhecendo sua própria dúvida com o marxismo (Butler, 2008, p.35). No entanto, eu argumentaria, a ausência de uma articulação explícita da noção de reificação em *Gender Trouble* e a falta de uma análise mais detalhada e historicamente específica de relações sociais que reificam gênero levaram a uma série de interpretações erradas de sua posição e, em particular, à fusão da performatividade e do desempenho consciente do gênero operado por um sujeito supostamente soberano e livre. Para afastar precisamente esse tipo de interpretações errôneas, em *Bodies that Matter* Butler se apoia mais fortemente na noção foucaultiana de normatividade e insiste no caráter constritivo de uma performatividade entendida como uma “forçada reiteração de normas”:

Nesse sentido, então, não é apenas que existam entraves à performatividade; ao contrário, os entraves exigem ser repensados como a condição da performatividade. Performatividade não é nem um jogo livre nem uma autoapresentação teatral; nem pode ser simplesmente igualdada à *performance*. Além disso, o entrave não é necessariamente aquele que estabelece um limite para a performatividade; o entrave é, antes, aquele que impulsiona e sustenta a performatividade. (Butler, 2011, p.59-60)

O processo pelo qual um corpo se torna gendrado implica uma constante e “estilizada repetição de atos ao longo do tempo”: a temporalidade que está em jogo aqui é aquela da “reencenação e reexperimentação de um conjunto de significados que já estão socialmente estabelecidos” (Butler, 2008, p.191-2). Em outras palavras, essas repetições são necessárias para a continuidade da reprodução de gênero. Precisamente porque essa construção não é um ato ou evento singular, não é “um processo causal iniciado por um sujeito que culmina em um conjunto de efeitos fixados”, mas antes é um “processo temporal que opera por meio da reiteração de normas”, e portanto uma certa instabilidade está implícita neste mesmo processo (Butler, 2011, p.XIX). De fato, corpos nunca consentem inteiramente com as normas que restringem sua materialização: lacunas e fissuras são constantemente abertas no mesmo processo de repetição, e as normas nunca são perfeitamente citadas (Butler, 2011, p.XII).

Como já vimos, é possível distinguir a capacidade de sedimentação da reencenação. A reencenação das normas objetivadas sempre implica a necessária possibilidade de variação na maneira como as normas são performadas. Concluindo, a temporalidade e a repetição socialmente constituídas – na forma de uma historicidade sem história – são os dois conceitos-chave para Butler desessencializar gênero. Até o corpo generificado é, como vimos, uma corporealização generifici-

cada do tempo, de modo que a metáfora de “fundamento”⁸ nada mais é do que a repetição e a sedimentação na forma de reificação. Finalmente, se a encenação de estilos corporais requer uma repetição performativa de atos e práticas, a identidade de gênero não pode nunca ser considerada estável, já que é sempre exposta à possibilidade de rompimento dessa temporalidade abstrata por meio de lapsos, resistências, do jogo irônico de performances de gênero, de rupturas de fronteiras binárias impostas pela heteronormatividade, e pela incoerência entre gênero e objeto da escolha do desejo sexual.

Opor-se a uma visão essencialista e localizar a construção de gênero em uma temporalidade social abre, portanto, a possibilidade de transformação. Mas se essa transformação deve ser localizada no nível da performance individual, ou – consistente com o caráter social das normas que criam gênero – deve ser entendida como um processo coletivo, não está totalmente claro em *Gender Trouble*. Isso fica mais claro nos próximos trabalhos de Butler: porque não existe tal coisa como um indivíduo fora das relações sociais que o constituem, o potencial de liberdade implicado na performatividade é sempre social.

Marx e temporalidade

Nesta seção gostaria de explorar algumas similaridades entre a análise de Butler sobre a temporalidade da reificação de gênero e a compreensão de Marx sobre a temporalidade do capital. Butler enfatiza, de maneira nada ambígua, a centralidade da temporalidade para o seu trabalho em um texto curto publicado em 1997, *Further Reflection on Conversations of our Time*. Nele ela acolhe o trabalho de Laclau e Mouffe, *Hegemony and Socialist Strategy*, como um trabalho marxista que trata seriamente sobre a maneira pela qual o discurso não é mera representação de uma realidade histórica e social pré-existentes, mas é constitutivo delas. Este trabalho, de acordo com ela, sinaliza para o deslocamento da consideração althusseriana do modo de produção como a totalidade estrutural ou como um objeto teórico, um deslocamento que permite reintroduzir considerações de uma temporalidade e futuridade na análise de formações sociais (Butler, 1997b). Enquanto Butler acolhe o trabalho de Laclau e Mouffe por sua novidade em trazer a questão da temporalidade para pensar a estrutura, ela está, na verdade, ciente de que a consideração sobre o caráter temporal das formações sociais, incluindo a preocupação com a posteridade, é central para o trabalho de Marx. Em *Bodies that Matter*, de fato, em uma interessante nota sobre as *Teses de Feuerbach*, de Marx, ela enfatiza a similaridade entre a sua compreensão da materialidade e a crítica de Marx ao materialismo e empiricismo triviais e ingênuos. Como ela

⁸ No original *ground*, cujo significado remete tanto à materialidade do chão, solo, terreno, quanto à ideia figurativa de base, fundamento. Nessa passagem do texto, a autora se remete ao primeiro sentido da palavra *ground*, fazendo referência à “metáfora especial de *ground*”. A tradução literal não faria sentido à leitura no português e, por isso, optou-se pela supressão da associação entre *ground* e espaço. (N.T.)

aponta, nas *Teses sobre Feuerbach* a práxis social-transformativa é constitutiva da própria materialidade:

[...] de acordo com esse novo tipo de materialismo que Marx propõe, o objetivo não é apenas transformado, mas em algum sentido significativo, o objeto é a própria atividade transformativa e, além disso, sua materialidade é estabelecida por meio desse movimento temporal de um estado anterior para um último. Em outras palavras, o objeto se materializa na medida em que é um local para transformação temporal. (Butler, 2011, p.191-2, n.5)

Além dessa referência às *Teses sobre Feuerbach*, Butler poderia ter notado que a consideração do tempo é crucial para a compreensão de Marx sobre o capital. Primeiramente, a economia capitalista pode – assim como outros modos de produção – ser reduzida em última instância a uma economia de tempo, como Marx reconhecidamente declarou nos *Grundrisse*:

Economia de tempo, é a isso que toda economia acaba se reduzindo. A sociedade, da mesma maneira, deve distribuir seu tempo em uma maneira significativa, intencional, de modo a alcançar a produção adequada às suas necessidades totais; assim como o indivíduo tem que distribuir o tempo corretamente para obter conhecimento em proporções adequadas ou para satisfazer às diversas demandas de sua atividade. Assim, a economia de tempo, juntamente com a distribuição planejada do tempo de trabalho entre os vários ramos da produção, permanece como a primeira lei econômica na base da produção comunal. (Marx, 1993, p.173)

O que diferencia um modo de produção do outro, então, é – entre outros fatores – precisamente a especificidade histórica pela qual o tempo é organizado. No capitalismo, conforme enfatizado entre outros, por Stavros Tombazos, Daniel Bensaïd e Massimiliano Tomba, o tempo é tanto uma relação social quanto uma medida das relações sociais. Nessa economia do tempo, diferentes temporalidades estão entrelaçadas – aquela da produção analisada no volume I do Capital, a da circulação no volume II e a da reprodução como um todo no volume III.⁹ Longe de ser uma junção harmônica desses diferentes tempos entrelaçados, o tempo do modo de produção capitalista é fundamentalmente “desarticulado”. O problema disso, de fato, reside na contínua necessidade de articular temporalidades discordantes e conflitivas. Esses conflitos de tempo não dizem respeito apenas às relações entre produção, circulação e reprodução. Pode-se recuperar o primeiro conflito crucial já dentro do reino da produção, na oposição entre trabalho vivo e trabalho morto, e entre trabalho concreto e trabalho abstrato. Como uma mercadoria, o capital constante é, do ponto de vista do valor, uma sólida cristalização do tempo

⁹ Ver Tombazos (1994), Bensaïd (2002, p.72-7) e Tomba (2012).

do trabalho abstrato:¹⁰ ambos são objetivações do tempo assombrando o presente. Na mercadoria o caráter social do trabalho humano é oculto, pois se manifesta de forma reificada, como o caráter objetivo do produto (Marx, 1976, p.163-77). No capital fixo, no trabalho morto, isto é, objetivado, no trabalho passado, opõe-se ao trabalho vivo como um poder externo e hostil, que disciplina o corpo do trabalhador, subjugando a rica temporalidade de sua vida à temporalidade homogênea, regular e mecânica do trabalho abstrato. Nos *Grundrisse*, essa oposição é também descrita como uma relação entre tempo e espaço, pois o trabalho passado assombra o trabalho presente, o trabalho vivo, na forma de espaço:

A única coisa distinta do trabalho *objetivado* é o trabalho *não objetivado*, o trabalho que ainda está se objetificando a si mesmo, o *trabalho* como subjetividade. Ou, ainda, o trabalho *objetivado*, isto é, como trabalho *presente no espaço*, também pode ser contraposto, como *trabalho passado*, ao trabalho *presente no tempo*. (Marx, 1993, p.272)

Na circulação, o trabalho passado, na forma de mercadoria do capital e de capital dinheiro, interage e às vezes entra em conflito com a temporalidade da repetição dos circuitos do capital, na qual o capital atravessa incessantemente a fantasmagoria de sua contínua metamorfose. Dentro do processo da reprodução capitalista como um todo, essa tensão entre temporalidades conflitantes explode em uma proliferação de tempos múltiplos, aqueles das formações sociais concretas para as quais o capital, considerado como uma totalidade em seu movimento real, dá à luz (Bensaïd, 1995, p.29-30). O movimento do capital, contudo, não é apenas o mero resultado da sobreposição contingente e arbitrária de diferentes temporalidades e relações sociais. O seu núcleo, o seu mistério, que Marx explica ao entrar na “mordada oculta da produção”, é o movimento de autovalorização do valor, o processo de reprodução em uma escala progressivamente crescente (Marx, 1976, p.279). Em outras palavras, é o processo de acumulação que implica a constante repetição da apropriação da mais-valia, e a constante repetição da transformação do trabalho vivo em trabalho morto.

Enquanto Butler fala de gênero como uma “temporalidade social constituída”, Marx descreve a mercadoria e o capital constante como cristais do tempo de trabalho abstrato objetivado: em ambos os casos, temos a reificação do tempo como uma relação social. Em Butler, a espacialidade do gênero, ou seja, sua inscrição

10 Marx define a mercadoria, do ponto de vista do valor, tanto como um cristal sólido de trabalho quanto como tempo de trabalho cristalizado. Essa segunda definição me ocorre quando Marx está levando em conta as mercadorias como *quanta* determinadas de trabalho, em outras palavras, quando ele se refere à “medida” do trabalho. Veja, por exemplo, esta passagem do capítulo 7 do volume I: “Quantidades definidas de produto, estas quantidades sendo determinadas pela experiência, agora representam nada além de quantidades definidas de trabalho, massas definidas de tempo de trabalho cristalizado. Elas nada mais são do que a materialização de tantas horas ou tantos dias de trabalho social” (Marx, 1976, p.297).

no corpo, nada mais é do que uma temporalidade social constituída, ou seja, atos sociais realizados no passado. Da mesma forma, para Marx o passado é tempo de trabalho objetivado que se opõe ao espaço no presente momento do trabalho vivo. Enquanto Butler nega que gênero seja um fato, insistindo que gênero é constantemente constituído através da repetição de atos performativos ao longo do tempo, Marx insiste que o capital não é uma coisa, mas sim o processo de autovalorização do valor que implica a repetição da apropriação da mais-valia, assim como a repetição dos circuitos do capital e de sua unidade. Pode-se dizer que, através dessas repetições, o capital performa a si mesmo. Como Marx escreve no capítulo IV do volume II, referindo-se às metamorfoses do capital na circulação:

O capital, como valor autovalorativo, não comprehende apenas as relações de classe, um carácter social definido que depende da existência do trabalho como trabalho assalariado. É um movimento, um processo de circulação por meio de diferentes etapas, que em si mesmo, por sua vez, inclui três formas diferentes do processo de circulação. Por isso, só pode ser comprehendido como um movimento e não como uma coisa estática. (Marx, 1978, p.185)

Finalmente, as formas assumidas pelo capital industrial durante sua metamorfose são *fluídas*.¹¹ Nessas passagens, além de dar uma definição do capital como movimento, Marx também refuta uma visão estritamente econômica das relações capitalistas de produção, pois não envolvem apenas a exploração do trabalho assalariado dentro do processo produtivo, mas o todo da metamorfose do capital. Levar em conta a visão dinâmica e ampla das relações capitalistas exibidas aqui ajuda a evitar uma interpretação reducionista das relações capitalistas e da interação entre cultura e economia. Para usar uma formulação de Tombazos:

O capital é uma organização conceitual do tempo. Não é uma simples relação social, mas uma racionalidade viva, um conceito ativo, a “ideia imediata” da economia, como provavelmente diria Hegel, “a abstração *in actu*”, como Marx escreveu várias vezes. Não há relação de separação entre as leis abstratas, imanentes à racionalidade econômica ativa, e o tempo histórico, mas uma relação de comunicação e fecundação recíproca. A primeira é realizada nas formações históricas concretas, que são econômicas, institucionais e políticas [...]. (Tombazos, 1994, p.11-12)

A insistência de Marx no caráter processual do capital enfatiza o fato de que, longe de ser um fenômeno natural enraizado em uma natureza humana imutável,

¹¹ “Como um todo, então, o capital está simultaneamente presente e espacialmente coexistente, em suas várias fases. Mas cada parte está constantemente passando de uma fase ou forma funcional para outra, e, portanto, funciona em todas elas por sua vez. As formas são, portanto, formas fluídas e sua simultaneidade é mediada por sua sucessão” (Marx, 1978, p.184).

o capital é uma forma específica de organização das práticas sociais. Como tal, tem um caráter eminentemente histórico e, portanto, apesar de sua aparência de naturalidade, não é o destino inevitável da humanidade. Além disso, a possibilidade de uma *praxis* transformadora, ou da luta de classes, está enraizada nesse mesmo caráter processual, no processo de reprodução do próprio capital, repleto de contradições e fendas. Esse vínculo entre a temporalidade e a possibilidade de agência e transformação caracteriza o empreendimento de desnaturalização do capital e do gênero de Marx e Butler, respectivamente.

Temporalidade de gênero sem história

Até aqui, destaquei as semelhanças na centralidade da temporalidade tanto na explicação de gênero de Butler quanto na explicação do capital de Marx. Essa semelhança, no entanto, está associada a uma dissimilaridade mais profunda, que deve ser abordada agora. Referindo-se à nota de Butler sobre as *Teses sobre Feuerbach*, Kevin Floyd aponta como Butler falha em fazer uma distinção entre o temporal e o histórico: a matéria, para Marx, não é apenas temporal, como Butler destaca, mas também social e histórica (Floyd, 2009, p.116). A fim de desnaturalizar o gênero e até mesmo o corpo sexuado, Butler insiste várias vezes sobre a historicidade das normas, mas a história está surpreendentemente ausente de sua análise tanto em *Gender Trouble* quanto em *Bodies that Matter*. No caso de *Gender Trouble*, isso se deve à forte influência de Derrida, como explicarei mais adiante, na elaboração da noção de performatividade. No caso de *Bodies that Matter*, ainda que a influência de Foucault se torne mais forte e a análise de Butler menos abstrata do que em seu trabalho anterior, a dimensão histórica ou pelo menos genealógica das normas é *de facto* subestimada, apesar dos apelos formais à historicidade, de modo que até mesmo a análise dos constrangimentos permanece abstrata e sobremaneira confinada à dimensão psicanalítica.¹²

Por exemplo, ainda não está claro se a análise de gênero de Butler pode ser aplicada de forma consistente a diferentes circunstâncias históricas, diferentes modos de produção ou épocas históricas. Está certo que o objetivo de seu trabalho é, como eu já disse, desessencializar o gênero: isso naturalmente implica que o caráter construído do gênero deve ser tomado como um fenômeno trans-histórico. Em outras palavras, todas as épocas históricas construíram e objetificaram o gênero. No entanto, a maneira de tal reificação não é forçosamente a mesma em diferentes épocas. Uma das características fundamentais da elaboração de Butler sobre gênero é o vínculo que ela analisa, com razão, entre gênero e sexualidade: “gêneros ‘inteligíveis’ são aqueles que, em certo sentido, instituem e mantêm

12 Os constrangimentos que ela discute aqui, de fato, são aqueles operativos na própria estrutura da linguagem na explicação de Lacan sobre a suposição de uma posição sexuada através do tabu do incesto (Butler, 2011, p.58-73).

relações de coerência e continuidade entre sexo, gênero, prática sexual e desejo” (Butler, 2008, p.23). No entanto, no primeiro volume da *História da sexualidade*, Foucault insiste no fato de que a própria noção de sexualidade e a subsequente reificação das identidades homossexual e heterossexual é um fenômeno relativamente recente que ele localiza no final do século XIX. Como de costume, Foucault descreve esse fenômeno em termos de regimes de saber, a criação e difusão de novas disciplinas, entre as quais a psicanálise figura como ponto culminante de um processo de reificação da sexualidade. Quando ele precisa esclarecer melhor a periodização histórica deste processo, surpreendentemente – dada a sua recusa de noções de determinação –, ele o vincula em uma passagem muito rápida com a ascensão da classe burguesa e com as necessidades da produção capitalista e sua transformação ao longo do tempo:

A primeira fase correspondeu à necessidade de formar uma “força de trabalho” [...] e para garantir sua reprodução [...]. A segunda fase correspondia à época de *Spätkapitalismus*, na qual a exploração do trabalho assalariado não exige os mesmos constrangimentos violentos e físicos que os do século XIX, e onde a política do corpo não requer a elisão do sexo ou sua restrição apenas para a função reprodutiva; em vez disso, ela se baseia em uma canalização múltipla para os circuitos controlados da economia – no que tem sido chamado de dessublimação hiper-repressiva. (Foucault, 1990, p.114)

À luz disso, seria natural pensar que o diagnóstico de gênero de Butler se aplica apenas a um período histórico específico: esse aspecto, no entanto, não é abordado em seu trabalho. Como consequência, Butler falha em seu próprio terreno, pois, apesar de insistir várias vezes na historicidade, ela não historiciza suas próprias categorias nem aborda as condições históricas que possibilitaram sua própria descrição de gênero. Além disso, uma vez que ela apaga todo o capital de sua análise, mesmo quando ela aborda a questão dos constrangimentos em *Bodies that Matter*, não está claro que tipo de constrangimentos as relações capitalistas de produção impõem sobre essas variações na citação e repetição de normas, nas quais ela localiza uma possibilidade de agência e transformação (Butler, 2011, p.58-73).

De fato, o caráter dessas variações é bastante abstrato: essas variações são apenas aleatórias, são atribuíveis apenas ao livre arbítrio ou certas variações na repetição da reencenação de normas seguem uma lógica subjacente guiada por algo que ainda precisamos descobrir? Além disso, se toda repetição nunca é exatamente a mesma que se repete, se a norma nunca é citada com perfeição, como podemos distinguir as variações das repetições? E, em geral, esta metodologia de análise é capaz de dar conta de fenômenos históricos empíricos de transformação e subversão? Uma vez que sua ênfase na temporalidade do gênero não está associada a uma análise historicamente específica dessas normas sedimentadas e

de seu conteúdo, não fica claro que tipo de constrangimentos essa sedimentação incorpora *vis-à-vis* as possibilidades de variação subversiva.¹³

O caráter formal da análise da performatividade de gênero em *Gender Trouble* é consequência da aplicação de Butler das noções de iterabilidade e citacionalidade de Derrida à desconstrução do gênero.¹⁴ Butler, de fato, toma emprestada a noção de enunciado performativo de Austin, lido através de Derrida, e o aplica a uma gama mais ampla de práticas sociais, que não são *stricto sensu* linguísticas.

Embora uma discussão completa da leitura de Austin por Derrida esteja fora do escopo deste artigo, pode ser útil discutir brevemente o papel que a noção de iterabilidade desempenha na discussão de Derrida sobre a noção de Austin de enunciados performativos e, em seguida, mencionar brevemente alguns trechos de *Excitable Speech* de Butler, publicado em 1997, que pode lançar luz sobre seu trabalho anterior sobre a performatividade de gênero. Em *How to do Things with Words*, Austin define enunciados performativos como aqueles enunciados que, em vez de descrever um estado de coisas (como enunciados constatativos), fazem uma ação no exato momento em que são enunciados. Embora pareçam declarações, tais enunciados não podem ser “verdadeiros” ou “falsos”, pois sua função não é relatar como as coisas são. Os famosos exemplos fornecidos por Austin em sua definição preliminar que diferencia enunciados performativos de enunciados constatativos são aqueles de dar nome a um navio, do “eu aceito”¹⁵ pronunciado em uma cerimônia de casamento, de um testamento (“Eu dou e lego meu relógio para meu irmão”) e de enunciados como “eu aposto”. O que esses exemplos têm em comum é que “proferir a sentença (nas circunstâncias apropriadas, é claro) não é *descrever* a ação que eu estaria praticando ao dizer o que disse nem dizer o que estou fazendo: é fazê-lo” (Austin, 2003, p.6).¹⁶

Ao discutir a noção do enunciado performativo de Austin em *Signature Event Context*, Derrida primeiro acolhe a conquista de Austin de libertar a análise do performativo da autoridade do valor-verdade, e em abrir o caminho para uma compreensão da comunicação que não é estreitamente definida pela transmissão de um conteúdo semântico nem orientado pelo ideal de uma correspondência a um estado de coisas. Derrida, no entanto, identifica a raiz do tratamento aporético de Austin do performativo e de sua dificuldade e, por fim, falha em fornecer uma classificação persuasiva de enunciados performativos em isolamento dos enunciados constatativos. De acordo com Derrida, a razão para essas dificuldades reside no fato de que Austin não leva em conta o que ele chama de “o grafemático em geral”, isto é, o

13 Sobre essa questão, ver os excelentes apontamentos de Floyd (2009, p.115-19).

14 Ver Derrida (1988, p.1-23).

15 No original, “I do”. (N.T.)

16 Ver também a interpretação do tratamento de Austin sobre o performativo em Crary (2007, p.49-95).

Ainda que Crary concorde com Derrida, contra a maioria dos comentadores, em ler Austin como atacando a ideia de significado literal em geral, ela sugere, contra Derrida, que isso abre caminho não para superar a objetividade, mas para elaborar uma concepção menos estreita de objetividade.

sistema de predicados que está sempre-já envolvido na estrutura da locução como tal, antes de qualquer distinção entre ilocutório e perlocutório (Derrida, 1988, p.14). Uma das características do grafemático é iterabilidade. O que isto significa é que um signo é tal apenas na medida em que pode ser repetido, e é precisamente essa repetição que lhe confere o *status* de signo. Deste ponto de vista, todo ato de fala é estruturalmente citacional e tem um caráter ritual. Além disso, essa citacionalidade ou iterabilidade gerais é o que, acima de tudo, torna as declarações performativas possíveis: um discurso-ação performativo não poderia ser bem-sucedido sem citar:

Um enunciado performativo poderia ter sucesso se sua formulação não repetisse um enunciado “codificado” ou iterável ou, em outras palavras, se a fórmula que eu pronuncio para abrir uma reunião, inaugurar um navio ou oficializar um casamento não fosse identificável como *conformando* com um modelo iterável, se não fosse então identificável de alguma forma como uma “citação”? (Derrida, 1988, p.18)

E é precisamente essa iterabilidade geral e o caráter citacional de cada ato de fala que Austin falha em reconhecer adequadamente. Falar de uma iterabilidade geral como uma característica constitutiva da linguagem naturalmente levanta o problema do *status* do evento. Derrida responde à questão de saber se ainda podemos falar de um evento se todo ato de fala é uma iteração, sugerindo que devemos superar a oposição entre a pureza do evento, por um lado, e a citacionalidade e a iterabilidade, por outro: “Ao invés de se opor à citação ou iteração à não iteração de um evento, deve-se construir uma tipologia diferencial de formas de iteração” (Derrida, 1988, p.18). De fato, o ponto de Derrida aqui é que a repetição de um signo nunca é a iteração do idêntico, pois cada repetição implica uma variação. O que precisaríamos, então, é algum tipo de classificação de diferentes tipos de iteração/variação, mais do que buscar a pureza do evento.

Como se sabe, a noção do performativo elaborada por Austin é central para a concepção de performatividade de gênero de Butler. Mas sua recepção de Austin é crucialmente mediada por Derrida, como fica claro não só no Prefácio de 1999 de *Gender Trouble* (Butler, 2008, p.xv)¹⁷ e em sua insistência em citação e repetição ao longo do livro, mas também em seu endosso à crítica de Derrida a Austin por manter a ilusão de um sujeito intencional como autor de efeitos discursivos. Ela escreve em *Excitable Speech*: “De fato, será que a produção do sujeito como originador de seus efeitos é precisamente uma consequência dessa citacionalidade dissimulada?” (Butler, 1997a, p.51). No início deste texto, ela insiste que desafiar a ideia de um sujeito soberano não equivale a demolir a agência. Pelo contrário, só se pode compreender corretamente a agência na medida em que se leva em consideração os constrangimentos nos quais a agência ocorre, isto é,

¹⁷ Aqui Butler esclarece que sua leitura original de performatividade foi fortemente influenciada pela leitura de Derrida de “Before the Law”, de Kafka.

apenas na medida em que nos livramos da ideia de soberania. Mas que tipo de constrangimentos Butler tem em mente aqui? Parece que esses constrangimentos são fundamentalmente linguísticos:

Aquele que age (que não é o mesmo que o sujeito soberano) age precisamente na medida em que ele ou ela é constituído como um ator e, portanto, operando dentro de um campo linguístico que permite constrangimentos desde o início. (Butler, 1997a, p.16)

Minha opinião é que em seus primeiros trabalhos sobre gênero, e especialmente em *Gender Trouble*, Butler endossa uma virada linguística na compreensão das práticas sociais – uma virada linguística que desloca sua atenção para longe da dimensão histórica (não teleológica) do projeto genealógico de Foucault. O que se perde aqui são dois dos três princípios metodológicos que governam a análise genealógica: descontinuidade e especificidade, ou seja, a ideia de que os sistemas de discursos são únicos e irredutíveis e que não são derivados de sistemas anteriores por meio de transformações contínuas (Gutting, 1990, p.340). Como escreve Foucault em *Power/Knowledge*:

Pode-se concordar que o estruturalismo formou o esforço mais sistemático para separar o conceito do acontecimento, não apenas para a etnologia, mas para toda uma série de outras ciências e, no caso limite, da história. Nesse sentido, não vejo quem poderia ser mais antiestruturalista do que eu. (Foucault, 1980, p.114)

Em vez de prestar atenção a descontinuidades radicais, Butler atribui um caráter citacional às práticas sociais, tanto aquelas que estilizam o corpo ao repetir a norma, quanto aquelas que subvertem a norma que repetem, incluindo as lutas das pessoas *queer*: essas lutas, de fato, são interpretadas como variações performativas que citam a norma de modo a subvertê-la: “A tarefa crítica é [...] localizar estratégias de repetição subversivas possibilitadas por essas construções, afirmar as possibilidades locais de intervenção participando precisamente das práticas de repetição que constituem a identidade e, portanto, apresentar a possibilidade imanente de contestá-las (Butler, 2008, p.201).¹⁸ A aplicação das noções de citacionalidade e iterabilidade às práticas sociais, entretanto, tem limitações severas. As noções de citação e variação são ferramentas bastante insuficientes para entender as transformações históricas. Podemos estabelecer periodizações históricas nesta

¹⁸ A mesma visão é reafirmada em termos um pouco diferentes em Butler (2011, p.184): “A performatividade descreve essa relação de estar implicado naquilo que se opõe, essa virada de poder contra si para produzir modalidades alternativas de poder, para estabelecer uma espécie de contestação política que não é uma oposição “pura”, uma “transcendência” de relações contemporâneas de poder, mas um trabalho difícil de forjar um futuro a partir de recursos inevitavelmente impuros”.

base? Quando uma variação representa uma mudança da época histórica e por quê? Podemos conceber uma noção de evento histórico dentro de tal estrutura?

É útil, aqui, comparar o trecho de Butler sobre a agência (citado acima) às linhas que abrem *O 18 de Brumário de Luís Bonaparte*, de Marx:

A tradição de todas as gerações mortas pesa como um pesadelo no cérebro dos vivos. E justamente quando eles parecem empenhados em revolucionarem a si mesmos e às coisas, em criar algo que jamais existiu, precisamente em tais períodos de crise revolucionária, eles evocam ansiosamente os espíritos do passado a seu serviço e emprestam deles seus nomes, gritos de guerras e trajes para apresentar a nova cena da história mundial neste disfarce consagrado pelo tempo e nesta linguagem emprestada. Deste modo, Lutero vestiu a máscara do apóstolo Paulo, e a revolução de 1789 a 1814 revestiu-se alternadamente como a República Romana e o Império Romano, e a revolução de 1848 nada mais sabia do que fazer paródia, e 1789 era a tradição revolucionária de 1793 a 1795. De maneira semelhante, um principiante que aprendeu uma nova língua sempre a traduz para sua língua materna, mas ele assimilou o espírito da nova língua e pode expressar-se livremente nela apenas quando encontra seu caminho nela e esquece sua língua nativa no uso da nova. (Marx, 1975, p.103-4)

Em uma leitura superficial, essa passagem pode parecer sugerir uma visão de agência similar àquela enfatizada por Butler.¹⁹ Em um exame mais detalhado, entretanto, o oposto é verdadeiro. Para usar as palavras de Butler, temos aqui uma discrepância entre o caráter citacional e paródico da autocompreensão e autor-representação coletiva da classe operária revolucionária parisiense de 1848 e *o que eles estavam realmente fazendo*. Enquanto eles interpretaram suas ações nos termos da Revolução Francesa de 1789, em outras palavras, enquanto para eles a única forma de inteligibilidade do que eles estavam fazendo era a de uma citação de acontecimentos históricos passados, suas ações já estavam começando algo radicalmente novo que *não* era uma citação e sim algo diferente de uma repetição subversiva de uma norma. Como Marx esclarece imediatamente após a passagem citada acima, essa “evocação dos mortos da história mundial” escondeu o fato de que esses revolucionários estavam realmente realizando a tarefa do presente. A razão para isto é que a história não conhece repetições: a indicação de Marx de que grandes acontecimentos históricos se repetem como uma farsa deve ser mais corretamente entendida como enfatizando o fato de que os acontecimentos históricos não se repetem de forma alguma.²⁰ A farsa, então, se apoia apenas na

¹⁹ E, de fato, o *Eighteen Brumaire* foi alvo de leituras pós-modernas. Ver, por exemplo, Cowling e Martin (eds.) (2002), e, em especial, o artigo de James, que faz uso da noção de performatividade de Austin na compreensão de Marx da luta de classes na França, Martin (2002).

²⁰ Ver, por exemplo, Massimiliano Tomba (2013, p.23): “A forma da repetição redefine a própria forma da própria citação de Hegel: a fórmula da repetição da estória [story] torna Hegel uma farsa, e não porque a história [history], devido a alguma lei misteriosa, deve se repetir na forma de farsa, mas porque não há repetição”.

decepção dos atores da história no rescaldo da Revolução de 1848, que, ao pensar que estão repetindo os acontecimentos do passado, não sabem o que estão fazendo, vestem-se com roupas ultrapassadas e interpretam personagens que não são seus em uma comédia coletiva de erros.

Para concluir, a insistência na característica de citacionalidade das práticas sociais, e o fato de Butler situar a possibilidade de luta na participação em repetições subversivas, associa constrangimentos nos significados ou na inteligibilidade das ações, com constrangimentos às práticas sociais de forma mais geral.

A temporalidade abstrata da performatividade de gênero

Como observei anteriormente, a temporalidade que Butler leva em consideração em sua análise da performatividade de gênero tem um caráter abstrato: é uma temporalidade de sedimentação, repetição e variação. Na seção anterior deste artigo, enfatizei o caráter a-histórico dessa temporalidade abstrata e sugeri que esse é o resultado da abordagem linguística de Butler às práticas sociais. Na última seção deste artigo, gostaria de sugerir uma leitura diferente desta questão, uma leitura que, no entanto, é perfeitamente compatível com a primeira que dei.

Minha sugestão é que o caráter formal e abstrato da temporalidade da performatividade de gênero é uma característica distintiva do processo de construção de identidades de gênero e sexuais nos países capitalistas avançados. Em outras palavras, enquanto Butler não reconhece explicitamente essa relação, o caráter ritualístico da performance de gênero, essa espacialização de um tempo vazio que ocorre na repetição forçada de atos estilizadores, é mediada pela disseminação do tempo abstrato dada pela difusão da forma mercadaria. Para Marx, o tempo de trabalho abstrato é o tempo indiferente e homogêneo medido pelo relógio e cristalizado em capital constante, mercadorias e dinheiro, em contraste com o tempo de trabalho concreto, individual, preenchido com um conteúdo preciso (Tombazos, 1994, p.18). Esse tempo abstrato, linear e calculável, medido através de relógios e cronômetros e que, por sua vez, mede o trabalho, expande o seu reino para além das paredes dos locais de trabalho e regula cada vez mais, também, o tempo de lazer, através da mediação de mercadorias.

Floyd enfatiza exatamente esse aspecto quando insiste que o caráter performativo da masculinidade nos Estados Unidos dentro do regime fordista de acumulação capitalista é o resultado de uma série de comportamentos e padrões de consumo prescritos em um tempo de lazer rigidamente regulado pela forma mercantil. Ele compara esses atos performativos a uma espécie de “mão de obra qualificada” realizada durante o tempo livre. Essa mão de obra qualificada consiste em comportamentos visíveis encenados na esfera do consumo e, portanto, mediados por mercadorias, um trabalho especializado que produz tanto a masculinidade quanto a ilusão ontológica de uma masculinidade preexistente a essa produção. É no consumo, então, que uma definição coerente do que é ser um homem é articulada. O fato de que a masculinidade é realizada particularmente dentro da

esfera do consumo, entretanto, não implica que esses atos performativos sejam o resultado de escolhas livres tanto individuais quanto de consumo: ao contrário, a forma mercadaria não apenas organiza e abstrai a temporalidade do tempo de lazer, mas dá um caráter disciplinar fundamental ao próprio consumo (Floyd, 2009, p.94-119). Nesse sentido, talvez fosse menos ambíguo e mais efetivo situar a performatividade de gênero dentro da esfera da circulação, em vez daquela do mero consumo. Fazer isso permitiria, por exemplo, levar em conta um conjunto mais amplo de fenômenos, todos contribuindo para a reificação de identidades sexuais. Se nos referirmos à circulação em vez do consumo, podemos abordar a estilização de certos tipos de trabalho que são fundamentais para a esfera de circulação (venda de mercadorias e serviços, por exemplo) ou a maneira pela qual se busca a realização de valor (encontrar mercados para as mercadorias produzidas) contribui para a criação não só de novas necessidades, mas também de novos desejos.

Apesar de Floyd se concentrar apenas na construção da masculinidade nos EUA durante o regime fordista de acumulação, em contraste com a definição de masculinidade característica do século XIX, seu argumento pode ser expandido para incluir a performatividade de gênero como tal. A descrição específica de Butler da performatividade capta o caráter da construção do gênero – como identificado com o objeto da escolha do desejo sexual e regulado pela heterossexualidade normativa – como dado dentro de um período historicamente específico de acumulação capitalista nos países capitalistas avançados. Rosemary Hennessy e Kevin Floyd apontaram a ligação entre a reificação da heterossexualidade em uma identidade e a reificação implícita na produção de mercadorias entre o final do século XIX e as primeiras décadas do século XX (Hennessy, 2000, p.97-103; Floyd, 1998). Ambos argumentam que a mudança para o objeto da escolha do desejo sexual como a característica definidora da identidade sexual está relacionada com o impacto dissolvente do capital na rede de parentesco e nos laços sociais tradicionais. Por um lado, o processo de acumulação capitalista, ao remodelar a divisão do trabalho, empregando maciçamente as mulheres na força de trabalho, generalizando o consumo de mercadorias, induz uma crise de estruturas e relações patriarcas tradicionais e, portanto, potencialmente borra os limites entre identidades sexuais e identidades de gênero. Gostaria de acrescentar que a dissociação entre sexo e reprodução constituiu uma contribuição fundamental para esse processo. Por outro lado, o capitalismo contribui para a persistência de uma divisão generificada do trabalho, incluindo a reprodução da força de trabalho, e isso contribui para remodelar as identidades de gênero e assegurar sua estabilidade através da heteronormatividade, ou seja, fundindo normativamente a identidade de gênero com o objeto de escolha do desejo sexual. Em outras palavras, é inegável que o capital tem uma capacidade de dissolução que, aplicada à hierarquia de gênero, às relações de parentesco e especialmente às formas de reprodução da vida material que se baseiam nas relações de parentesco, poderia levar à sua superação geral.

O outro lado da moeda, porém, é que essa é apenas *uma* das tendências constitutivas do capital, pois o capital *de fato* reproduz constantemente identidades e hierarquias de gênero, preservando a divisão hierárquica dos gêneros e, ao mesmo tempo, remodelando profundamente o que se entende por identidade de gênero.²¹ A performatividade é uma resposta à nova instabilidade das identidades sexuais e de gênero produzidas pelas tendências dissolutivas do capital: como estas sempre são potencialmente colocadas em questão na produção capitalista, sua estabilidade muito instável é assegurada pela performatividade, dito de outra maneira, por meio da repetição teatral contínua, ao longo do tempo, de atos discursivos normativos e de práticas sociais. Dessa forma, eles se tornam parte da organização conceitual do tempo realizada pelo capital.

Não apenas a reificação de identidades sexuais, mas também o próprio processo pelo qual essa reificação ocorre, isto é, a repetição ao longo do tempo de sua atuação, pode ser entendida como parte de uma totalidade capitalista, na medida em que ela é entendida como organização conceitual do tempo e como um conjunto de relações e práticas sociais. Essa totalidade, no entanto, é uma totalidade “em automovimento”. Em outras palavras, ela nunca é dada de forma estável, mas deve performar a si mesma repetidas vezes por meio de repetições constantes ao longo do tempo. A perspectiva da temporalidade e da performatividade, para concluir, ilumina as imbricações fundamentais entre a objetivação e a repetição ou reprodução que caracterizam o capital e o gênero nos países capitalistas avançados.

Agradecimentos da autora

Agradeço muito a Jay Bernstein, Richard Bernstein, Chiara Bottici, Johanna Brenner, Alice Crary, Kevin Floyd, Paul Kottman, Felice Mometti, Charles Post, Alan Sears, e aos meus estudantes Dan Boscov Ellen, Aaron Jaffe e Joshua Nicholas Pineda pelos comentários e sugestões relevantes feitos a diferentes versões deste artigo. Sou grata aos meus estudantes Marcello Kilani e Juniper Alcorn, que editaram meu inglês. Finalmente, agradeço a Massimiliano Tomba, que discordou apaixonadamente de mim em quase todas as linhas de uma versão anterior deste texto, forçando-me a pensar melhor para poder mostrar a ele que eu estava certa.

Referências bibliográficas

- ALTHUSSER, Louis. Contradiction and overdetermination. In: *For Marx*. Transl. Ben Brewster. London: Verso, 2005.
- AUSTIN, John Langshaw. *How to Do Things with Words*. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 2003.
- BENSAÏD, Daniel. *La discordance des temps*. Paris: Les Éditions de la Passion, 1995.
- _____. *Marx for our Times: Adventures and Misadventures of a Critique*. Trans. Gregory Elliott. London: Verso, 2002.

²¹ Para uma articulação deste ponto, ver, por exemplo, Gimenez (1997).

- BUTLER, Judith. *Excitable Speech: A Politics of the Performative*. London: Routledge, 1997a.
- _____. Further reflection on conversations of our time, *Diacritics*, 27, 1, 1997b, p.13-15.
- _____. Merely cultural, *New Left Review*, I, 227, 1998, p.33-44.
- _____. *Gender Trouble: Feminism and the Subversion of Identity*. London: Routledge, 2008.
- _____. *Bodies That Matter: On the Discursive Limits of 'Sex'*. London: Routledge, 2011.
- COWLING, Mark; MARTIN, James (eds.). *Marx's Eighteenth Brumaire: (Post)modern Readings*. London: Pluto Press, 2002.
- CRARY, Alice. *Beyond Moral Judgment*. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 2007.
- CRUZ-MALAVÉ, Arnaldo; MANALANSAN, Martin F. (eds.). *Queer Globalizations: Citizenship and the Afterlife of Colonialism*. New York: New York University Press, 2002.
- DERRIDA, Jacques. Signature event context. In: *Limited Inc*. Evanston: Northwestern University Press, 1988.
- DRUCKER, Peter. The fracturing of LGBT identities under neoliberal capitalism. *Historical Materialism*, 19, 4, 2011, p.3-32.
- DUGGAN, Lisa. The new homonormativity: the sexual politics of neoliberalism. In: CASTRONOVO, Russ; NELSON, Dana D. (eds.). *Materializing Democracy: Toward a Revitalized Cultural Politics*. Durham NC.: Duke University Press, 2002.
- EDELMAN, Lee. *No Future: Queer Theory and the Death Drive*. Durham, NC.: Duke University Press, 2004.
- ENG, David L.; HALBERSTAM, Judith; MUÑOZ, José Esteban (eds.). *Social Text*, special issue, *What's Queer about Queer Studies Now?*, 23, 3/4, 2005.
- FERGUSON, Sue. Building on the strengths of the socialist feminist tradition. *Critical Sociology*, 25, 1, 1999, p.1-15.
- _____. Canadian contributions to social reproduction feminism, race and embodied labor. *Race, Gender & Class*, 15, 1/2, 2008, p.42-57.
- FLOYD, Kevin. Making history: marxism, queer theory, and contradiction in the future of american studies. *Cultural Critique*, 40, 1998, p.167-201.
- _____. *The Reification of Desire: Toward a Queer Marxism*. Minneapolis: University of Minnesota Press, 2009.
- FOUCAULT, Michel. *Power/Knowledge: Selected Interviews and Other Writings, 1972-1977*. Ed. Colin Gordon. New York: Vintage Books, 1980.
- _____. *The History of Sexuality, v.1: An Introduction*. Transl. Robert Hurley. New York: Vintage Books, 1990.
- FRASER, Nancy. *Justice Interruptus: Critical Reflections on the 'Postsocialist' Condition*. London: Routledge, 1997.
- _____. Heterosexism, misrecognition and capitalism: a response to Judith Butler. *New Left Review*, I, 228, 1998, p.140-9.
- FRECCERO, Carla. *Queer/Early/Modern*. Durham, NC.: Duke University Press, 2006.
- FREEMAN, Elizabeth. Introduction. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 13, 2/3, 2007, p.159-76.

- _____. *Time Binds: Queer Temporalities, Queer Histories*. Durham, NC.: Duke University Press, 2010.
- GIMENEZ, Martha. The oppression of women: a structuralist marxist view. In: HENNESSY, Rosemary; INGRAHAM, Chrys (eds.). *Materialist Feminism: A Reader in Class, Difference, and Women's Lives*. London: Routledge, 1997.
- GUTTING, Gary. Foucault's genealogical method. *Midwest Studies in Philosophy*, 15, 1, 1990, p.327-43.
- HALBERSTAM, Judith. *In a Queer Time and Place: Transgender Bodies, Subcultural Lives*. New York: New York University Press, 2005.
- HENNESSY, Rosemary. *Materialist Feminism and the Politics of Discourse*. London: Routledge, 1993.
- _____. *Profit and Pleasure: Sexual Identities in Late Capitalism*. London: Routledge, 2000.
- LOVE, Heather. *Feeling Backward: Loss and the Politics of Queer History*. Cambridge, MA.: Harvard University Press, 2007.
- MARTIN, James. Performing Politics: Class, Ideology and Discourse. In: COWLING, Mark; MARTIN, James (eds.). *Marx's Eighteenth Brumaire: (Post)modern Readings*. London: Pluto Press, 2002.
- MCCALLUM, E. L.; TUHKANEN, Mikko (eds.). *Queer Times, Queer Becomings*. Albany: State University of New York Press, 2011.
- MARX, Karl. *The Eighteenth Brumaire of Louis Bonaparte*. In: *Marx/Engels Collected Works*. v.11. New York: International Publishers, 1975.
- _____. *Capital: A Critique of Political Economy*. v.I. Transl. Ben Fowkes. Harmondsworth: Penguin Books, 1976.
- _____. *Capital: A Critique of Political Economy*. v.II. Transl. David Fernbach. Harmondsworth: Penguin Books, 1978.
- _____. *Grundrisse: Foundations of the Critique of Political Economy*. v.III. Transl. Martin Nicolaus. Harmondsworth: Penguin Books, 1993.
- MEIKSINS WOOD, Ellen. *Democracy against Capitalism: Renewing Historical Materialism*. Cambridge: Cambridge University Press, 1995.
- MUÑOZ, José Esteban. *Cruising Utopia: The Then and There of Queer Futurity*. New York: New York University Press, 2009.
- TOMBA, Massimiliano. *Marx's Temporalities, Historical Materialism*. Book Series. Transl. Peter D. Thomas and Sara R. Farris. Leiden: Brill, 2012.
- _____. Marx as the historical materialist: re-reading The Eighteenth Brumaire. *Historical Materialism*, 21, 2, 2013, p.21-46.
- TOMBAZOS, Stavros. *Le Temps dans l'analyse économique. Les catégories du temps dans le Capital*. Paris: Cahiers des saisons, 1994.

Resumo

Este artigo trata das noções de temporalidade e performatividade de gênero nos primeiros trabalhos de Butler sobre gênero. Este artigo está dividido em quatro partes. Em primeiro lugar, ele dá conta do papel e da natureza da temporalidade na teoria de performatividade de gênero da Butler. Em segundo, mostra algumas

similaridades e conexões entre o papel desempenhado pela temporalidade na teoria de performatividade de gênero da Butler e seu papel na análise de Marx sobre o capital. Em terceiro, levanta algumas críticas na compreensão de Butler sobre a temporalidade e historicidade, dando ênfase, em particular, à ausência de historicização de suas próprias categorias tanto em *Gender Trouble* quanto em *Bodies that Matter*. Esse déficit é consequência de um enquadramento epistemológico por meio do qual ela opera, em particular, seu entendimento de práticas e relações sociais por *meio* de conceitos da linguística extrapolados de seu contexto teórico. O artigo conclui fazendo referência às análises de Kevin Floyd e Hennessy sobre a formação de identidades sexuais como exemplos de uma historicização frutífera da performatividade de gênero, que ajuda na compreensão do “caráter abstrato” da temporalidade da performatividade de gênero.

Palavras-chave: Butler, Marx, performatividade de gênero, identidades sexuais, temporalidade, capitalismo

Abstract

This article addresses the notions of gender performativity and temporality in Butler's early work on gender. The paper is articulated in four steps. First it gives an account of the role and nature of temporality in Butler's theory of gender performativity. Second, it shows some similarities and connections between the role played by temporality in Butler's theory of gender performativity and its role in Marx's analysis of capital. Third, it raises some criticisms of Butler's understanding of temporality and historicity, focusing in particular on the lack of historicisation of her own categories in both *Gender Trouble* and *Bodies that Matter*. This deficit is a consequence of the epistemological framework within which she is operating, in particular of her understanding of social practices and relations through the lens of linguistic concepts extrapolated from their theoretical context. The article concludes by referring to Floyd's and Hennessy's analyses of the formation of sexual identities as examples of the fruitful historicisation of gender performativity, which also sheds some light on the “the abstract character” of the temporality of gender performativity.

Keywords: Butler, Marx, gender performativity, sexual identities, temporality, capitalism